



LHM

UMA ESCRITA MILITANTE: RAÇA, EDUCAÇÃO E OUTRAS DESIGUALDADES NOS CONTOS DE LIMA BARRETO (1904-1922)

Samira Martins*¹

*Universidade de São Paulo (USP)
e-mail: samiraemartins@hotmail.com

Resumo: A Primeira República brasileira anunciou a igualdade, porém, manteve e aprofundou as diferenças sociais de grande parte da população. Lima Barreto (1881-1922), como escritor e romancista, procurou retratar a realidade social do Rio de Janeiro, em processo de fazer-se república, num período de reformas conservadoras e excludentes, no qual pobres e negros, como ele, não tiveram seus direitos garantidos. O escritor procurou denunciar os preconceitos que sofria através da sua escrita, criticando a sociedade brasileira a partir de seu próprio testemunho e experiência de vida. Assim sendo, a produção literária de Lima Barreto pode ser caracterizada como um discurso literário afro-brasileiro, e sua escrita possui um caráter militante e testemunhal. Considerando as características da escrita de Lima Barreto, procura-se identificar quais os fatores dessa nova organização social e política foram apontados pelo escritor como reprodutores e sustentáculos de desigualdades sociais e raciais. A análise se detém em seis contos de Lima Barreto, incluindo a obra autobiográfica *Diário íntimo* (1959), publicados entre 1904 e 1922. Buscou-se traçar paralelos entre a biografia de Lima Barreto, suas memórias e contos, e o momento histórico-social de produção do discurso literário do escritor. O estudo verificou que as diferenças econômicas, regionais, raciais, o acesso à educação formal e o conhecimento científico são considerados pelo romancista como fatores que contribuíram para a reprodução e manutenção de desigualdades sociais e raciais, na Primeira República.

Palavras-chave: Lima Barreto. Literatura afro-brasileira. Diferenças e Desigualdades. Historiografia da Educação. Primeira República.

A militant writing: race, education and other inequalities in the short stories of Lima Barreto (1904-1922)

¹Mestranda em educação. Universidade de São Paulo. Integrante do Grupo de Estudos História da Educação: sujeitos, instituições e práticas (Brasil, séculos XIX-XX), coordenado pelo Prof. Dr. Bruno Bontempi Jr. A pesquisa realizada conta com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) – Processo: 2023/13950-9. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4082583363711148>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5384-7553>.



Abstract: The First Brazilian Republic announced equality, but maintained and deepened the social differences of a large part of the population. Lima Barreto (1881-1922), as a writer and novelist, sought to portray the social reality of Rio de Janeiro, in the process of becoming a republic, in a period of conservative and exclusionary reforms, in which the poor and blacks, like himself, did not have their rights guaranteed. The writer sought to denounce the prejudices he suffered through his writing, criticizing Brazilian society based on his own testimony and life experience. Thus, Lima Barreto's literary production can be characterized as an Afro-Brazilian literary discourse, and his writing has a militant and testimonial character. Considering the characteristics of Lima Barreto's writing, we seek to identify which factors of this new social and political organization were pointed out by the writer as reproducing and sustaining social and racial inequalities. The analysis focuses on six short stories by Lima Barreto, including the autobiographical work *Diário íntimo* (1959), published between 1904 and 1922. The aim was to draw parallels between Lima Barreto's biography, his memoirs and short stories, and the historical-social moment in which the writer's literary discourse was produced. The study found that economic, regional and racial differences, access to formal education and scientific knowledge are considered by the novelist as factors that contributed to the reproduction and maintenance of social and racial inequalities during the First Republic.

Keywords: Lima Barreto. Afro-Brazilian Literature. Differences and Inequalities. Historiography of Education. First Republic.

Introdução

Não nos lembramos que nós não nos conhecemos uns aos outros, dentro do nosso próprio país, e tudo aquilo que fica pouco adiante dos subúrbios das nossas cidades, na vaga denominação Brasil, terra de duvidosa existência [...] (Lima Barreto, 2017, p. 08).

Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922) viveu em um período histórico de transição: do fim do império para a nascente república. O processo de mudança trouxe em seu bojo o fim da escravidão, e o estabelecimento de uma nova organização social que se sustentava na manutenção das desigualdades. Como escritor e romancista, retratou um Rio de Janeiro em processo de fazer-se república, num período de reformas excludentes e conservadoras, no qual pobres e negros, como ele, tinham acesso limitado aos benefícios da *res publica*.

Segundo Ilmar Mattos (1989), o que estava em debate era a constituição de uma nova direção econômica e política, porém o princípio da igualdade de direitos restringia-se a uma pequena parcela da população. Definida sob a presidência de Campos Sales a República “[...] é e deve ser governada de lá... por cima das multidões que tumultuam agitadas, nas ruas da capital” (Sales *apud* Mattos, 1989, p. 171). Manter a ordem significava



garantir a continuidade das relações entre o que antes eram senhores e escravos para, agora, uma elite branca e a plebe (Mattos, 1989).

Nesse contexto, as populações de origem africana foram marcadas por um racismo silencioso, mas eficaz, condicionado pelos modelos deterministas de interpretação social que classificavam e justificavam as hierarquias entre os indivíduos (Schwarcz; Starling, 2015). Como a organização social brasileira na época fundava-se em desigualdades sociais e étnicas, a opção dos republicanos foi responsabilizar a raça e os costumes da população pobre por todas as suas mazelas, e a liberdade nesse cenário “[...] significava o arbítrio de poder comprar e usar o que quisesse, e de ter nome e identidade” (Schwarcz; Starling, 2015, p. 344).

Com efeito, a nova organização política não garantiu o direito civil, social e muito menos educacional a todos os cidadãos. Embora a educação escolar para a população pobre tenha sido colocada em pauta pelas elites intelectuais do período, a expansão do ensino não acompanhou as demandas, nem proporcionou condições de acesso (Nagle, 2001). Jorge Nagle (2001) esclarece que as reformas da instrução pública tiveram maior oportunidade de se efetivarem especialmente nas regiões de maior desenvolvimento econômico, evidenciando as desigualdades regionais e sociais do país.

Lima Barreto, como um escritor negro e pobre, morador do subúrbio, procurou denunciar os preconceitos que sofria através da sua escrita. Seu fazer literário pode ser caracterizado como um *discurso literário afro-brasileiro*, como propõe Conceição Evaristo (2009). Segundo a escritora, essa vertente institui um modo próprio de produzir e conceber o texto literário, o qual é marcado por uma subjetividade construída, experimentada e vivenciada a partir das condições de homens e mulheres negros na sociedade brasileira.

Evaristo (2017, s/p) ainda observa que: “Alguns críticos dizem que os negros escrevem muito sobre o passado. Mas somos como os escritores judeus [...] que também têm necessidade de retomá-lo. Temos uma dor que ainda precisa ser tornada explícita”. Com isso, destaca-se o caráter de testemunho ficcional que permeia toda a obra do romancista. Márcio Seligmann-Silva (2003) postula que a literatura de testemunho se configura como uma literatura do trauma: os eventos traumáticos são acidentes e o testemunho não seria apenas narração desses fatos, mas da resistência à compreensão dos mesmos.



O objetivo da obra de Lima Barreto, para Carlos Erivany Fantinati (1978), não é exclusivamente produzir uma obra de arte esteticamente válida, mas produzir uma obra que tenha um sentido revolucionário do ponto de vista social. Nesse sentido, ele é um artista militante que vai levantar discussões entre a arte e o público em termos de consciência social e do conhecimento do mundo, expressando uma atitude de oposição à realidade social presente (Fantinati, 1978).

Considerando as características da escrita de Lima Barreto acima elencadas, o estudo investiga as críticas do romancista à realidade social do Rio de Janeiro na nascente República, tendo como balizas os anos de publicação dos contos, de 1904 a 1922. Identifica quais os fatores dessa nova organização social e política foram apontados pelo autor como reprodutores e sustentáculos de desigualdades sociais e raciais. Pensando na especificidade da literatura como fonte histórica, entende-se que o texto literário não reproduz de forma fiel o real (Sevcenko, 2003), assim sendo, o que se busca é captar sua visão crítica sobre a realidade brasileira. Para tanto, traço paralelos entre a biografia de Lima Barreto, suas memórias e contos, e o momento histórico e social de produção do discurso literário do escritor.

A análise se detém nos seguintes contos: “O pecado” (1904); “O filho de Gabriela” (1906); “As teorias do dr. Caruru” (1915); “O moleque” (1920); “Harakashy e as escolas de Java” (1920) e “Um do povo” (1922), que integram o livro *Contos Completos de Lima Barreto* (2010), organizado e comentado por Lilia Schwarcz; além do livro *Diário íntimo: memórias* (1956), obra autobiográfica do romancista. O conjunto de fontes revelou que as determinações econômicas, regionais, raciais e o acesso à educação formal são considerados pelo romancista como fatores que contribuíram para a reprodução e manutenção de desigualdades sociais e raciais, no regime republicano do início do século XX.

Inicialmente, apresento a biografia de Lima Barreto e faço uma breve análise de *Diário íntimo*. Em seguida, exploro os aspectos da escrita barretiana. Na terceira seção, traço um paralelo entre o momento histórico-social, os contos do autor e suas memórias, e procuro identificar os fatores considerados por ele como sustentáculos e reprodutores de desigualdades sociais e raciais, na Primeira República.

1. O taciturno menino Afonso



Afonso Henriques de Lima Barreto nasceu no dia 13 de maio de 1881, sete anos antes da abolição da escravidão. O pai João Henriques, monarquista convicto, trabalhava como tipógrafo do jornal *A Reforma*. A mãe, Amália Augusta, dirigia um modesto colégio para meninas desde o casamento com João Henriques em 1878. Contudo, com o nascimento dos filhos – e com os crescentes afazeres domésticos – restava pouco tempo a Amália para se dedicar ao colégio, assim, acabou por fechá-lo em 1884 (Barbosa, 2002). Debilitada após complicações nas seguidas gestações, Amélia contraiu tuberculose e não resistiu vindo a falecer em 1887 aos 35 anos de idade - deixando o pai João Henriques com quatro filhos pequenos (Barbosa, 2002).

Francisco de Assis Barbosa (2002, p. 61), que dedicou boa parte da vida a pesquisar e escrever sobre Lima Barreto, conta-nos como a morte da mãe marcou profundamente a vida e a personalidade do escritor:

A mais forte impressão de Lima Barreto, nos primeiros anos de vida, foi sem dúvida a morte da mãe. Sem os carinhos de Amália, o mundo como que se fechou para o menino “taciturno reservado e tímido” [...] E sem as carícias e os abraços maternos, “fechou-se em, si e nunca mais teve crises de alegria”.

A citação entre aspas, que aparece no trecho acima, é do conto “O filho de Gabriela” (2010), no qual o pequeno Horácio perde a mãe com a mesma idade do autor. O personagem Horácio, após o ocorrido, perde a alegria de viver e brincar e “[...] se pelo recreio, o contágio obrigava-o a entregar-se à alegria e aos folguedos, mas bem cedo se arrependia, encolhia-se e sentava-se vexado, a um canto” (Barreto, 2010, p. 85).

Com a morte de Amália, Afonso passa a frequentar a escola pública Maria Teresa Pimentel do Amaral em 1888. De acordo com Barbosa (2002), Lima Barreto foi um aluno aplicado, tinha ótimas notas, sobretudo em francês, e levava as lições a sério para orgulho do pai. É o padrinho de Lima Barreto, Visconde de Ouro Preto, importante personagem político e colega de João Henriques, que irá custear a continuidade dos estudos do menino. Depois da escola, atendendo ao sonho do pai que o queria doutor, matriculou-se na Escola Politécnica em 1897, mas jamais deixou de sofrer a dor da exclusão social. Como descreve Schwarcz (2017, p. 11):

[...] Uma foto rota o traz em meio aos colegas mais abonados – usando polainas e sapatos elegantes – e um tanto isolado. É o único evidentemente negro, e mostra no



terno desengonçado e na gravata com o nó frouxo um mundo de constrangimentos.

Na obra biográfica *Lima Barreto: triste visionário* (2017), Schwarcz afirma que o escritor foi um dos poucos a manter-se cético sobre as teorias raciais como o darwinismo social, que afirmava existir diferenças definitivas entre as raças humanas, como a inferioridade dos negros, em um contexto republicano que anunciou a igualdade, porém, manteve e aprofundou as diferenças sociais de grande parte da população. Em *Diário íntimo: memórias* (1956)², ele expressa seu sentimento de revolta e desprezo pelas teorias raciais da época.

Discutindo a incapacidade mental desta ou aquela raça, temos o ar de dizer com o poeta grego - os bárbaros, gente vil que não ama a filosofia e ciências; ele se dirigia ao avô de Kant e ao tio de Descartes. Se a feição, o peso, a forma do crânio nada denota quanto a inteligência e vigor mental entre indivíduos da raça branca, porque excomungará o negro? Os ários, quando no *plateau* da Bactriana, nada valiam; emigrando, após séculos de fermentação, brilharam numa cultura superior; porque os negros, transportados de África pelo tráfico, não desenvolverão uma civilização ou concorram para ela? Esse fenômeno de mudança de *habitat* é importante para o estudo. A ciência é um preconceito grego; é ideologia; não passa de uma forma acumulada de instinto de uma raça, de um povo e mesmo de um homem (Barreto, 1956, p. 21).

Contradictoriamente, embora as tenha criticado, o escritor transparece em certos momentos ter preconceitos contra a própria família. No trecho a seguir, Lima Barreto revela um olhar depreciativo sobre a irmã e reproduz o que Evaristo (2009, p. 20) chama de “paradigma de sensualidade e da sexualidade, atribuído às mulheres negras e mulatas”.

Há em minha gente toda uma tendência baixa, vulgar, sórdida. Minha irmã, esquecida que, como mulata que se quer salvar, deve ter um certo recato, uma certa timidez, se atira ou se quer atirar a toda a espécie de namoros, mais ou menos mal intencionados, que lhe aparecem. (Barreto, 1956, p. 27).

Ainda em *Diário íntimo* (1956), o escritor narra como as teorias raciais e deterministas afetaram-no e fizeram-no sofrer durante toda sua vida, desde os seus catorze anos, quando leu sobre o tema em um artigo de Domício da Gama e Oliveira Lima publicado na *Revista Brasileira*, em 1895. A partir daí, o menino Afonso abateu-se, ficou

² A obra é fruto de anotações e cadernos de Lima Barreto e foram entregues pela irmã Evangelina ao autor Francisco de Assis Barbosa, que organizou e publicou os escritos em 1952.



tímido. As teorias raciais o encheram de medo diante da sentença de inferioridade dada à população negra (Barreto, 1956).

Durante a fase adulta, morou no subúrbio carioca, em Todos os Santos, na companhia dos irmãos – Evangelina, Carlindo e Eliézer – e do seu pai, João Henriques. O pai perdera o emprego de almoxarife nas Colônias de Alienados da Ilha do Governador em março de 1903, quando foi declarado incapaz devido aos delírios e alucinações que passou a sofrer. Segundo Barbosa, o padrinho deixa de custear seus estudos e, com isso, Lima Barreto é obrigado a abandonar a Escola Politécnica, passando a trabalhar para sustentar sua família, além de cuidar do pai adoecido (Barbosa, 2002). Em outubro de 1903, é aprovado no concurso público para amanuense da Secretaria de Guerra.

Ao ler seus escritos íntimos é possível notar a personalidade melancólica e deprimida do escritor, que em alguns trechos confessa ter pensado em suicídio mais de uma vez. A responsabilidade de assumir os cuidados com o pai e a família, o ambiente familiar, as dificuldades para publicar o primeiro romance, o desagrado com o trabalho de amanuense e os preconceitos que sofria por ser negro levaram-no a buscar refúgio no álcool:

Até hoje nada adiantei. Não tenho editor, não tenho jornais, não tenho nada. O maior desalento me invade. Tenho sinistros pensamentos. Ponho-me a beber; paro. Voltam eles e também um tédio da minha vida doméstica, do meu viver quotidiano, e bebo. Uma bebedeira puxa outra e lá vem a melancolia. Que círculo vicioso! Despeço-me de um por um dos meus sonhos. [...] O que me aborrece mais na vida é esta secretaria. Não é pelos companheiros, não é pelos diretores. É pela sua ambição militar, onde me sinto deslocado e em contradição com a minha consciência. Não posso suportá-la. É o meu pesadelo, é a minha angústia (Barreto, 1956, p. 80).

Para Lima Barreto, sua profissão não passava de mero recurso de sobrevivência, pois o que amava mesmo era a literatura como expressou na primeira página do seu diário: “Quando comecei a escrever este, uma “esperança” pousou” (Barreto, 1956, p. 1). Segundo Schwarcz (2017), é em nome desse amor que ele criou a revista em grupo *Floreal* (1907), criticando os literatos da época; publicou seu primeiro romance *Recordações do escrivão Isaías Caminha* (1909), em que expôs suas críticas ao ambiente jornalístico da época e ganhou várias inimizadas; escreveu *Numa e Ninfá* (1915) e criticou severamente os políticos da época; e foi consagrado com *Triste fim de Policarpo Quaresma* (1915), quando denunciou a falta de democracia no país e patriotismo artificial das elites; Em *Aventuras do*



Dr. Bogóloff (1912), ironizou a elite intelectual da época e os títulos de doutores; seu último livro publicado em vida foi *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá* (1919) (Schwarcz, 2017).

A crítica social do seu fazer literário se desenvolve quando o romancista passa a publicar assiduamente na imprensa diária e a frequentar os cafés no centro do Rio, onde se debatiam política, literatura e anarquismo (Schwarcz, 2017). Alguns dos seus amigos participavam ativamente do movimento operário que estava em ascensão no período, como Domingos Ribeiro Filho, Astrojildo Pereira e Florentino de Carvalho. Durante a Primeira Guerra, o escritor se posiciona ao lado dos anarquistas, criticando a guerra, o militarismo e a burguesia (Barbosa, 2002).

Em 1917, quando irrompe a greve geral operária, passa a escrever assiduamente para os jornais revolucionários do Rio, de São Paulo e até de Porto Alegre, como *O parafuso*, *A Plebe*, *A Luta* e *A Patuléia*. Embora tenha se encantado com a teoria anarquista, Nicolau Sevcenko (2003) afirma que o escritor se recusava a aderir uma corrente política, preocupando-se em demonstrar total independência e autonomia de pensamento.

Ao todo Lima Barreto escreveu dezessete obras - algumas publicadas e organizadas após seu falecimento, traduzidas em mais de dez línguas - e escreveu mais de cento e cinquenta contos. Foi um escritor negro e pobre numa sociedade excludente e desigual. Morreu cedo, com apenas 41 anos, no dia 1º de novembro de 1922 vítima de infarto atribuído ao alcoolismo.

2. Lima Barreto: um intelectual militante

A despeito da manutenção das hierarquias sociais e raciais, o período de transição entre o século XIX e o século XX, assinalaram diversas mudanças na vida da sociedade brasileira, sobretudo, na literatura. Ao analisar a produção literária dos intelectuais que viveram no Rio de Janeiro da *Belle Époque*, Sevcenko (2003) demonstra que, passados os primeiros anos da República, parte considerável deles experimentava uma sensação de desengano diante desse governo que mantinha sua feição acentuadamente oligárquica e elitista.

Com efeito, as produções literárias do período republicano foram marcadas pela introdução de uma literatura de cunho realista e tornaram-se “[...] termômetros admiráveis dessa mudança de mentalidade e sensibilidade” (Sevcenko, 2003, p. 287). Para



o autor, esses intelectuais viviam o dilema entre contribuir para o acervo literário universal e o de interferir na ordenação da sua comunidade de origem.

É perceptível o fato de Lima Barreto fazer da arte um motivo constante de reflexões. O objetivo do escritor consiste em fazer da sua obra veículo de conscientização e de esclarecimento do público. Segundo Fantinati (1978, p. 5), o intelectual militante busca reformar a sociedade e, para isso, é necessário reformar o leitor “[...] a fim de que tome consciência de si e do mundo, e passe, graças ao efeito da obra, da condição de ajustado na sociedade alienante à de oponente a ela”. O escritor define a função e o objetivo da sua escrita do seguinte modo:

Parece-me que o nosso dever de escritores sinceros e honestos é deixar de lado todas as velhas regras, toda a disciplina exterior dos gêneros, e aproveitar de cada um deles o que puder e procurar, conforme a inspiração própria, para tentar reformar certas usanças, sugerir dúvidas, levantar julgamentos adormecidos, difundir as nossas grandes e altas emoções em face do mundo e do sofrimento dos homens, para soldar, ligar a humanidade em uma maior, em que caibam todas, pela revelação das almas individuais e do que elas têm em comum e dependente entre si (Barreto, 2010, p. 48).

Na obra biográfica *A vida de Lima Barreto* (2002), Francisco de Assis Barbosa expõe os sentimentos, as angústias, as preferências literárias e os posicionamentos ideológicos de Lima Barreto, que se entrelaçam à escrita ficcional do autor. Segundo o biógrafo, o criador tem semelhanças com a sua criação: são semelhanças físicas (negros, mulatos e mestiços)³; profissionais (funcionários públicos, escritores) e sociais, muitos deles habitantes pobres do subúrbio carioca (Barbosa, 2002). Sobre o caráter autobiográfico da escrita barretiana, Schwarcz (2010, p. 11) esclarece que:

Na obra de Lima Barreto, as separações canônicas entre ficção e não ficção, realidade e imaginação, são muitas vezes fugidias [...]. Por outro lado, ainda em vida, o autor foi criticado ou considerado pouco “criativo”, uma vez que estabelecia constantes paralelos com o momento em que viveu ou com sua biografia [...].

Assim, a experiência pessoal de Lima Barreto não se separa da sua produção literária. O romancista combateu o racismo em todas as suas formas, era, nas palavras de Schwarcz (2017, p. 10), um “afrodescendente por origem, opção e forma literária”. Em “O

³ A diferenciação dos termos é usada por Lima Barreto para descrever seus personagens.



moleque”, narra a história do menino Zeca, “[...] um pretinho de pele de veludo” (Barreto, 210, p. 120), que sofre com o racismo por parte de outras crianças. O Coronel, personagem branco que se assemelha a um padrinho, ao ver o menino triste, tenta consolá-lo e questiona-o sobre o que ocorrido:

Certo dia, em começo do ano, o pequeno Zeca chegou-lhe em casa com a fisionomia um tanto transtornada. Parecia ter chorado e muito. [...] O pequeno não quis dizer e não cessava de olhar o chão, de encará-lo, de cravá-lo, de cavá-lo, de enterrar toda a sua vida nele (Barreto, 2010, p. 122).

No excerto acima, percebe-se a insuficiência da linguagem, o testemunho que não é dito quando Zeca expressa a dor e humilhação sofrida por ser negro. Em *Diário íntimo*, o escritor desabafa:

Fui a bordo ver a esquadra partir. Multidão. Contato pleno com meninas aristocráticas. Na prancha, ao embarcar, a ninguém pediam convite; mas a mim pediram. Aborreci-me. Encontrei Juca Floresta. Fiquei tomando cerveja na barca e saltei. É triste não ser branco (Barreto, 1956, p. 57).

Assim, existe certa linearidade que torna possível falar de testemunho ficcional ao analisar a escrita de Lima Barreto e suas narrativas sobre a existência negra na Primeira República. Diante da impossibilidade de exprimir o vivido, ocorre uma cisão entre a linguagem, o evento e o acontecimento inimaginável da experiência (Seligmann-Silva, 2003).

Sua escrita traz em seu bojo a dor e a humilhação do racismo sofrido pelo romancista, dor essa exprimida pela voz de seus personagens. É um texto literário afro-brasileiro marcado por “uma subjetividade construída, experimentada e vivenciada a partir de sua condição” de homem negro na sociedade brasileira (Evaristo, 2009, p. 17). É por meio dela que ele traz à tona suas angústias por ser pobre e negro, e denuncia os preconceitos e a indiferença que sofria. A incapacidade de simbolizar o trauma sofrido por Lima Barreto “determina a repetição e a constate ‘posterioridade’, ou seja, a volta *après-coup* da cena” (Seligmann-Silva, 2003, p. 49).

3. A res pública nos tempos de Lima Barreto: os sustentáculos das desigualdades



Os debates que mobilizaram as elites intelectuais brasileiras entre finais do século XIX e início do XX, expressavam a preocupação de formular interpretações acerca da especificidade da composição racial do país. Segundo Schwarcz (1993, p. 38, grifos da autora), nessas análises o “modelo racial foi amplamente assumido, constituindo-se em um argumento, quase consensual, para uma questão constantemente levantada e poucas vezes respondida: *afinal, que país é este?*”. Ou, ainda, quem seria o *homem brasileiro*, este tipo indefinido e miscigenado, apresentado pelos teóricos raciais europeus como racialmente inferior?

A procura por forjar uma identidade étnica ganha um novo sentido com a chegada das teorias raciais. Diferenças étnicas e de classes passavam a ser entendidas como sinais da natureza para indicar a superioridade ou inferioridade entre as classes e o domínio de uma sobre a outra (Schwarcz, 1996; Boarini, 2003). As diferenças observadas na humanidade foram entendidas como definitivas e irreparáveis, e a igualdade tornou-se um problema ilusório (Schwarcz, 1993).

Para regular a população e obter efeitos no nível da disciplina, os dirigentes brasileiros estabeleceram políticas públicas entrelaçadas à eugenio e à higiene. Tânia Regina de Luca (1999, p. 223) verifica que sanitaristas e higienistas andaram juntamente com os eugenistas e frequentemente, ambos os movimentos

[...] eram encaradas senão como sinônimos, pelo menos enquanto ciências que compartilhavam objetivos muito próximos. A primeira insistia na erradicação das pestilências, das doenças infecto-contagiosas e nos benefícios da boa alimentação, da abstinência de toxinas, da vida ao ar livre, da adoção de hábitos higiênicos; já a segunda pretendia, com base nos conhecimentos acumulados a respeito da reprodução humana, aperfeiçoar física e moralmente a espécie.

Assim, as recomendações higiênicas mesclavam-se às propostas eugênicas com o propósito de homogeneizar, normalizar os indivíduos para a formação do que deveria ser o homem brasileiro.

No conto “O pecado”, Lima Barreto ironiza o discurso científico da época ao insinuar que a discriminação racial não se limitava a vida terrena. O personagem negro, mesmo após sua morte, sofre discriminação e é barrado na porta do céu por São Pedro, que o manda ao purgatório mesmo sendo um sujeito justo:

— P. L. C., filho de... neto de... bisneto de... — Carregador. 48 anos. Casado.



Honesto. Caridoso. Leal. Pobre de espírito. Ignaro. Bom como são Francisco de Assis. Virtuoso como são Bernardo e meigo como o próprio Cristo. É um justo. Depois com o dedo pela pauta horizontal e nas *Observações*, deparou qualquer coisa que o fez dizer de súbito:

— Esquecia-me... Houve engano. É! Foi bom você falar. Essa alma é a de um negro. Vai pro purgatório (Barreto, 2010, p. 443).

Suas ideias surgem a partir da crítica às concepções dominantes como o determinismo e a política higienista e eugenista que elegiam a raça como um elemento definidor de hierarquias sociais. Para ele, “a ciência é um preconceito grego; uma ideologia” (Barreto, 1956, p. 21).

No conto “As teorias do Dr. Caruru”, publicado em 1915, Lima Barreto (2017, p. 334) narra a história de um sábio doutor “uma sumidade em matéria de psiquiatria, criminologia, medicina legal e outras coisas divertidas”. Certo dia, ao ler um jornal matutino, dr. Caruru da Fonseca deparou-se com a notícia da morte repentina de um pintor que havia se entregado a boemia. Desejando confirmar a veracidade de suas teorias, o médico, que também era chefe do Gabinete da Polícia, foi analisar o corpo no necrotério para verificar se o indivíduo bêbado carregava as marcas da degeneração física:

Chegado que foi ao necrotério, o dr. Caruru armou-se de uma bateria de compassos graduados, de uma porção de réguas, de todo um arsenal de instrumentos de antropométrica e começou a preleção diante do cadáver:

— Meus senhores. Estamos certamente diante de um caso típico de degenerado....[...]
— O indivíduo que está aqui, bêbedo incorrigível, vagabundo, incapaz de afeições, de dedicações, vai demonstrar com as injeções que lhe vou fazer, a verdade das minhas teorias. Vejamos os pés... [...]
— Vejam só! O pé direito mede quase mais um centímetro que o esquerdo. Não é o que eu dizia? É um degenerado! Essa assimetria dos pés... (Lima Barreto, 2010, p. 335).

O “sábio médico” conclui que o indivíduo era degenerado por ter um pé maior que o outro. Um amigo do pintor que chorava ao lado do corpo, ao ouvir o diagnóstico, alerta o dr. que a irregularidade dos pés se devia a um acidente. Percebe-se que o autor ironiza as teorias deterministas do antropólogo criminal Cesare Lombroso que, a partir das características físicas, pretendia determinar a degeneração racial e a criminalidade dos indivíduos. O conto foi publicado por Lima ao sair do Hospital dos Alienados, onde foi internado por seu irmão Carlindo, após sofrer com alucinações decorrentes do alcoolismo (Schwarcz, 2017).



Sidney Chalhoub (1996) descreve o cenário urbano do Rio de Janeiro no início do século XX, e demonstra como as teorias científicas, além de desqualificar os costumes da população pobre e negra, serviram para justificar sua expulsão por meio da destruição de cortiços localizados próximos ao centro do Rio – muitas vezes sob ação violenta. A expulsão ocorria sem qualquer projeto de melhoria de condições de moradia e salubridade, o que obrigava os habitantes a se deslocarem do centro para a periferia da cidade (Chalhoub, 1996). Com efeito, devido a crescente especulação imobiliária dos centros e dos baixos salários, pobres e negros se viram obrigados a habitar em cortiços, sob condições insalubres ou em favelas, localizadas no subúrbio da cidade.

Era no vagão dos trens da Central do Brasil, frequentado diariamente por Lima Barreto, que o escritor observava a realidade da população pobre do subúrbio carioca: seus personagens são majoritariamente negros, morenos, mestiços, donas de casa, trabalhadores, andarilhos, boêmios filósofos, funcionários públicos e donos de bar (Schwarcz, 2017). Isso revela como o autor buscou retratar o complexo e fervilhante contexto sociocultural do pós-abolição.

Se Lima Barreto transitava por toda a cidade do Rio, já sua geografia simbólica elegeria um cenário ficcional em contraposição aos monumentos, ruas alargadas, praças gigantescas e renovadas, edifícios cada vez mais altos e modernos (Schwarcz, 2017). A imagem do subúrbio aparece como um ambiente desorganizado, feio e insalubre: ruas desiguais, lazeres considerados pouco civilizados, lugares escuros, cortiços e favelas. No conto “O moleque” o escritor descreve a periferia da cidade, onde a população pobre é obrigada a viver:

É um subúrbio de gente pobre, e o bonde que lá leva atravessa umas ruas de largura desigual, que, não se sabe por quê, ora são muito estreitas, ora muito largas, bordadas de casas e casitas sem que nelas se depare um jardinzinho mais tratado ou se lobrigue, aos fundos, uma horta mais viçosa. Há, porém, robustas e velhas mangueiras que protestam contra aquele abandono da terra. Fogem para lá, sobretudo para seus morros e escuros arredores, aqueles que ainda querem cultivar a Divindade como seus avós (Barreto, 2010, p. 585).

As pessoas que lá se abrigam são, sobretudo, os negros, como se expressa na menção “aqueles que querem cultivar a Divindade com seus avós”. O outro lado contrastante da cidade era tomado pela elegante Avenida Central que substituiria a Rua do Ouvidor, com seus novos edifícios e sua elite branca após a reforma do prefeito Pereira



Passo, em 1903 (Schwarcz, 2017). No conto “O filho da Gabriela”, Lima Barreto descreve o contraste das condições de moradia da população pobre e da elite. Enquanto a moradia da empregada doméstica Gabriela é descrita como “[...] um pobre quarto de estalagem, úmido que nem uma masmorra” (Barreto, 2010, p. 100), a personagem Laura, que emprega Gabriela, vive em uma casa luxuosa e repleta de empregados.

Os subúrbios do Rio de Janeiro, onde a maior parte da população pobre e negra morava, eram locais desprovidos de saneamento, de estradas, longe dos locais de trabalho e distante das escolas. Em *Diploma de brancura: política social e racial no Brasil (1917-1945)*, Jerry Dávila (2006) demonstra como as reformas educacionais que ocorreram no Rio de Janeiro, no início do século XX, voltaram-se principalmente para a reorganização administrativa e a profissionalização do ensino. Nesse período, apenas os grupos escolares localizados nas áreas centrais e de maior poder econômico foram dotados de estruturas necessárias, prevalecendo numericamente isolados (Dávila, 2006).

Além dos baixos índices de investimento por parte do Estado na expansão e consolidação da instrução pública, há também o fator da baixa frequência ao ensino escolar devido à pobreza da família, ao trabalho infantil e à desigualdade racial.

Cynthia Greive Veiga (2008) revela que até a primeira metade do século XX, a escola pública era prestigiada pela sociedade brasileira, e os grupos escolares, os ginásios e as Escolas Normais eram estabelecimentos de ensino frequentados por pessoas oriundas, em sua maioria, das classes médias e altas. Por conseguinte, era limitado o número de alunos pobres que permaneciam nas escolas públicas, por diversos motivos, mas principalmente, devido ao trabalho infantil (Veiga, 2008, p. 502). A presença de alunos negros também era limitada, não apenas por pertencerem à camada mais pobre, mas em virtude das diferenças de oportunidades escolares entre brancos, pardos e negros (Hasenbalg, 1979 *apud* Veiga, 2008).

A contradição entre as políticas educacionais do Estado e o acesso limitado da população pobre e negra à escolarização também está presente nos contos. Lima Barreto aborda a dimensão racial e seus efeitos na distribuição de oportunidades educacionais, e sugere que os negros são confinados na base da hierarquia social.

Em “O moleque” e “O filho de Gabriela”, os meninos Zeca e Horácio, ambos negros e em idade escolar, moram em favelas localizadas na periferia da cidade onde não tem acesso próximo à escola ou a outros serviços públicos. No conto “O moleque”, o escritor



faz referência à dificuldade que a população pobre enfrenta para garantir a escolarização dos filhos. A necessidade de utilização de mão de obra infantil para compor a renda da família é um dos entraves que dificulta o acesso à escola. A narrativa conta a história do menino Zeca, que está em idade escolar, filho de uma lavadeira que mora na periferia do Rio de Janeiro, porém por ter que ajudar a mãe no trabalho é privado de ir à escola. A mãe é analfabeta e, apesar de desejar matriculá-lo na escola, precisa da ajuda do filho para realizar as tarefas domésticas:

Era-lhe este seu filho o seu braço direito, o seu único esteio, o arrimo de sua vida com os seus nove ou dez anos de idade. Doce, resignado e obediente, não havia ordem de sua mãe que ele não cumprisse religiosamente. De manhã, o seu encargo era levar e trazer a roupa dos fregueses; e ele carregava os tabuleiros de roupa e trazia as trouxas; sem o menor desvio de caminho. [...] A mãe tinha vontade de pô-lo no colégio; ela sentia a necessidade disso todas as vezes que era obrigada a somar os róis. Não sabendo ler, escrever e contar, tinha que pedir a "seu" Frederico, aquele "branco" que fora colega de seu marido. Mas, pondo-o no colégio, quem havia de levar-lhe e trazer-lhe a roupa? Quem havia de fazer-lhe as compras? (Barreto, 2010, p. 119-120).

Para ter acesso à instrução, os personagens negros e pobres dependem do apadrinhamento de pessoas brancas e ricas, como acontece com o menino Horácio, filho da empregada doméstica Gabriela. Após a morte da mãe, Horácio é adotado por padrinhos ricos e, com isso, passa a frequentar a escola chegando a concluir o ensino secundário.

Em "Um do povo", o então militar e músico do batalhão Felismino Xumbregas, por influência do Capitão Faria, consegue aprofundar seus estudos no Conservatório de Música. Contudo, encerrado o período militar e sem a ajuda do Capitão Faria, Felismino é obrigado a abandonar a carreira musical para sustentar a família exercendo diversas atividades mais acessíveis. A ideia de apadrinhamento como meio para o acesso à educação vem da própria experiência de Lima Barreto que, graças à ajuda financeira do padrinho Visconde de Outro Preto, consegue concluir a escolarização e ingressar na Escola Politécnica. Assim como Xumbregas, Lima precisa abandonar os estudos quando o padrinho deixa de contribuir.

Felismino, apesar de gostar de música, não tem dinheiro para frequentar o Teatro Municipal da cidade, e revela sua decepção para um amigo que encontra em Anchieta, bairro localizado no subúrbio do Rio:



— É verdade o que dizes; e eu, por ser “um do povo” e, além de tudo, músico, tive desejo de ouvir tão famosa orquestra. Escovei a minha roupa e fui até lá, julgando que a coisa era ao alcance das minhas algibeiras.
— Que te aconteceu?
— Quando lá cheguei, tudo era caro, isto é, qualquer lugar era tão caro que, se eu alugasse um, ficava sem comer uma semana.
— Pois não sabias disso?
— Não. Sempre li que a prefeitura tinha erguido aquele teatro para educação do povo.
— Que engano! Ele deve estar por quinze mil contos, extorquidos ao povo; mas foi feito para educação dos ricos. Eis aí! Xubregas não me disse mais nada; e, ao despedir-se, ergueu um heroico:
— Viva a República (Barreto, 2010, p. 369).

Em “O moleque”, o sonho do menino Zeca é ter dinheiro para ir ao cinema que fica do outro lado da cidade, mas o pouco dinheiro que recebe entrega para a mãe pagar as despesas de casa:

Quando sua mãe permitia, aos domingos, com outra criança ajuizada da vizinhança, ia até à estação, até lá, defronte do fascinante cinema. Encostava-se, então, à grade da estrada de ferro e ficava a olhar, no alto, minutos a fio, aqueles grandes painéis, cheios de grandes figuras, deslumbrantes na sua cercadura de lâmpadas elétricas, como se tudo aquilo fosse uma promessa de felicidade. Como atingiria aquilo? Podia ter dinheiro para ir, pois, em geral, sempre os fregueses de sua mãe lhe davam um níquel ou outro; mas, mal os apanhava, levava-os à mãe que sempre andava necessitada deles, para a compra do trincal, do polvilho, do sabão e mesmo para a comida que comiam. Distraí-los com o cinema seria feio e ingratidão para com a sua mãe. Um dia havia de ir ao cinema, sem sacrificá-la, sem enganá-la, como mau filho (Barreto, 2010, p. 120-121).

Assim, as narrativas revelam que a população pobre não é excluída apenas do acesso à escolarização, o acesso a outras atividades culturais, como o teatro e o cinema, também é desigual. Nos contos “O filho de Gabriela”, “O moleque” e “Um do povo”, Lima Barreto aponta como as determinações econômicas, regionais e raciais refletem nas péssimas condições de moradia e de acesso à escolarização.

A educação formal é considerada pelo autor como fator determinante na manutenção de hierarquias sociais. Enquanto indivíduos com instrução e ocupações elitizadas adquirem prestígio e desfrutam de privilégios, a população pobre é obrigada a exercer trabalhos manuais que exigem grande esforço físico. Em “Harakashy e as escolas de Java”, os intelectuais são retratados de forma debochada, sugerindo-se que o título acadêmico levava-os a boas posições sociais, não necessariamente, fazendo deles homens



especialistas no assunto. Além de reforçar a ignorância dos acadêmicos na apropriação e reprodução inadequada dos conteúdos e dos saberes, Lima Barreto desdenha dos “foros de nobreza” e da erudição destituída de significado. Na Universidade da Batávia, localizada na ilha de Java, os sábios fartam-se de privilégios e conquistas sem realizarem esforço algum:

[...] O sábio da Batávia é o contrário de todos os outros sábios do mundo. Não é um modesto professor que vive com seus livros, seus algarismos, suas retortas ou *éprouvettes*. O sábio de Java, ao contrário, é sempre um ricaço que foge dos laboratórios, dos livros, das retortas, dos cadiinhos, das épuras, dos microscópios, das equatoriais, dos telescópios, das cobaias, tem cinco ou seis empregos, cada qual mais famoso, e não falta às festas mundanas (Barreto, 2010, p. 128).

Ambiguamente, o escritor sempre acalentou o desejo de fazer parte da Academia Brasileira de Letras, e se candidatou a vaga três vezes sem sucesso. Schwarcz (2017) revela que o fato de não ter conseguido concluir a Escola de Engenharia e não ter ingressado na Academia provocaram profunda mágoa no autor. Provavelmente, esses fatores interferiram nas inúmeras críticas dirigidas às elites intelectuais da época.

Em contraposição, os personagens pobres exercem atividades braçais sem prestígio algum. Felismino Xumbregas em “Um do povo”, para sustentar a família, exerce ofícios estreitamente manuais: “Foi lenhador em Costa Barros, caixeiro de botequim em Maxabomba, servente de pedreiro em Sapopemba; hoje, o seu ofício habitual é o de construtor de “fossas”, nas redondezas de Anchieta, onde reside” (Barreto, 2010, p. 369). No conto “O filho de Gabriela”, há sugestão de que a empregada doméstica, devido a dificuldades financeiras, é obrigada a se prostituir. Gabriela “Um dia pelos outros, chegava em casa semiembriagada, escorraçando o menino e trazendo algum dinheiro. Não confessava a ninguém a origem dele” (Barreto, 2010, p. 81-82).

Nagle (2001) explica que nos tempos do império a sociedade seguia moldes fortemente aristocráticos e os títulos de nobreza tinham importante função de manter o sistema dominante de valores. Os diplomas conferidos pelas escolas superiores constituíam um dos instrumentos por meio do qual a elite adquiria privilégios na vida pública e privada (Nagle, 2001). No regime republicano, o sistema de relações que define o papel do Estado em matéria educacional foi o mesmo que vigorou no império e se manteve até a década de 1920 – quando esse sistema começa a ser questionado veementemente pela elite intelectual da época (Nagle, 2001). Nesse sentido, o título de



bacharel se transformou em título com foros de nobreza, e seus possuidores, gozavam de privilégios e regalias.

Em *Diário íntimo* (1956), Lima relata dois episódios em que profissionais negros, a despeito de sua competência, sofrem discriminação devido à sua cor. Major Vidal, um “pretinho, fulá, magrinho”, foi um major honorário que lutou na guerra do Paraguai e obtivera honras militares. Depois de sucessivos acontecimentos, surge um sujeito, em Pernambuco, branco com o mesmo nome do major. “Papéis pra lá, papéis pra cá, o branco foi considerado como sendo o que de direito. O major foi despedido de servente do Arsenal de Guerra, excluído do asilo, ficou na miséria” (Barreto, 1956, p. 30).

O autor lança dúvidas sobre quem seria o verdadeiro major, e especula que ambos teriam servido no exército e competido pelas honras, sendo o branco privilegiado em detrimento do negro. Lima, então, lembra-se de outro caso semelhante:

[...] Por falar nisso, o Belo, primeiro oficial, que foi do gabinete do Benjamim, contou-me que a nomeação do Hemetério (é um negro), para professor do Colégio Militar, foi sustada na gaveta por ordem do Lauro Sodré, que sempre lhe recomendava a ele ir lhe pedir para expedir, que esperasse, que esperasse. É singular que, fazendo eles a República, ela não a fosse de tal forma liberal, que pudesse dar um lugar de professor a um negro. É singular essa República (Barreto, 1956, p. 31).

O escritor manifesta seu inconformismo com a situação política e social vigente e denuncia o preconceito e discriminação sofrida pela população negra. Em suma, seus contos expressam a crítica ácida e debochada à sociedade brasileira e às instituições do período republicano, e revelam seu sentimento de exclusão àquela sociedade.

Considerações Finais

Embora o discurso republicano tenha sido pautado na ideia de democracia, na prática, não garantiu o direito civil, social e muito menos educacional a todos os cidadãos, restringindo-os para uma pequena parcela da população. Lima Barreto, como um escritor negro e pobre, morador do subúrbio carioca, buscou criticar, opinar e lutar por igualdade para si e para os demais através da sua escrita.

Considerando o caráter autobiográfico, testemunhal e militante da escrita barretiana, procurou-se identificar quais os fatores dessa nova organização social e política



foram apontados pelo escritor como reprodutores e sustentáculos de desigualdades sociais e raciais na Primeira República. Os contos, assim como sua autobiografia, desvelam as contradições da república recém-instaurada e traçam críticas a esse modelo de organização social e política.

Neste percurso investigativo, observou-se que as diferenças econômicas, regionais, raciais, o acesso à educação formal e o conhecimento científico são considerados pelo romancista como fatores que contribuíram para a reprodução e manutenção de desigualdades sociais e raciais, na Primeira República. A literatura militante de Lima Barreto não propõe soluções, reformas ou revoluções, mas instiga o leitor a desenvolver o olhar crítico.

Sem perder de vista os aspectos histórico-sociais da Primeira República, foi possível compreender como a literatura afro-brasileira pode revelar contradições da época e, por isto, ser resistência aos documentos históricos oficiais. Interpretar tal tipo de fonte significa ir além de sua objetividade, tendo em mente a singularidade dessa produção discursiva que traz à tona as experiências de homens e mulheres negros na sociedade brasileira. Como fonte de pesquisa, a literatura barretiana revela as tensões e contradições da sociedade e nos permite enxergar a ambivalência da república brasileira sob o ponto de vista dos excluídos.

Referências

- BARBOSA, Francisco de Assis. **A Vida de Lima Barreto**. 8^a ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.
- BARRETO, Afonso Henriques de Lima. **Contos completos de Lima Barreto**. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- BARRETO, Afonso Henriques de Lima. **Diário íntimo: Memórias**. In: BARBOSA, Francisco de Assis (org.). São Paulo: Brasiliense, 1956.
- BOARINI, Maria Lúcia (org.). **Higiene e raça como projetos: higienismo e eugenismo no Brasil**. Maringá: Eduem, 2003.
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: Cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura: política social e racial no Brasil**. Tradução de Claudia Sant'Ana Martins. São Paulo: Editora Unesp, 2006.
- DE LUCA, Tânia Regina. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.



FANTINATI, Carlos Ervany. **O profeta e o escrivão:** Estudo sobre Lima Barreto. São Paulo: Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia, 1978.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. **SCRIPTA**, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2º sem. 2009. Disponível em:
<https://periodicos.pucminas.br/scripta/article/view/4365>. Acesso em: 21 abr. 2025.

EVARISTO, Conceição. Conceição Evaristo, o reconhecimento da escritora. In: SANTOS, I. Conceição Evaristo, o reconhecimento da escritora. **Instituto Portal-Afro [online], São Paulo**, v.4, s/p, mai. 2017. Disponível em: <http://www.portalafro.com.br/conceicao-evaristo-o-reconhecimento-da-escritora>. Acesso em: 15 abr. 2025.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MATTOS, Ilmar R. Do império à República. **Estudos Históricos**, CPDOC – FGV, Rio de Janeiro, v. 4, n.4, p. 163-171, 1989.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Apresentação da questão: a literatura como trauma. Capítulo 11. Catástrofe, História e Memória em Walter Benjamin e Chris Marker: a escritura da memória. In: **História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes**. Campinas/SP: Ed. Unicamp, 2003, p. 387- 464.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX. **Revista Afro-Ásia**, Bahia, n.18, p. 77-101, 1996. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20901>. Acesso em: 05 jun. 2025.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Helena Murgel. A Primeira República e o povo nas ruas. In: **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 318-350.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Introdução: Lima Barreto, termômetro nervoso de uma frágil República. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). **Contos completos de Lima Barreto**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 10-46.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Lima Barreto:** Triste visionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SEVCENKO, Nicolau. Conclusão In: **Literatura como Missão:** tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 286-301.

VEIGA, Cynthia Greive Veiga. Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v.13, n.39, p. 502-516, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141324782008000300007&script=sci_abstract&tlang=PT. Acesso em: 20 de out. 2024.

